

### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE

#### Deliberação nº 118, de 21-12-2018

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, em reunião realizada em 14 de dezembro de 2018, aprova a Nota Técnica CIB – Internação em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo, conforme Anexo I.

#### ANEXO I

#### NOTA TÉCNICA CIB

#### INTERNAÇÃO EM SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO

A fim de garantir a melhoria do acesso para crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais e/ou transtornos decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, que necessitem de atendimento em regime de internação, conforme indicação confirmada por laudo médico recomenda-se observar os termos contidos na Lei 10.216 de 2001 e na Portaria MS/GM nº 3588 de 2017:

1. Crianças até 12 anos e 11 meses, ou de acordo com o limite de idade de cada enfermaria, com transtornos mentais e/ou decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas deverão sempre ser internadas em leitos nas enfermarias pediátricas em hospitais gerais que possuam retaguarda de psiquiatria.
2. A internação de adolescentes entre 13 e 18 anos com transtornos mentais e/ou decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas deverá ocorrer em leitos de saúde mental ou psiquiátricos alocados preferencialmente em hospitais gerais.
3. Cada CIR deverá pactuar serviços de referência em hospital geral localizado no próprio território ou na abrangência do DRS. Caso não seja possível, deve-se pactuar a referência no âmbito da RRAS – Rede Regional de Atenção a Saúde.
4. As vagas de internação em Saúde Mental Álcool e Outras Drogas serão reguladas pela CROSS – Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde. Os serviços devem disponibilizar as vagas na CROSS.
5. As CIR deverão discutir e pactuar suas referências em hospitais gerais até junho de 2019.
6. A Área Técnica de Saúde Mental deverá disponibilizar listagem de serviços que potencialmente poderiam ofertar esse tipo de atendimento com o intuito de facilitar a pactuação e a negociação com o prestador.
7. Cabe aos gestores de Hospitais Gerais com leitos de Saúde Mental providenciarem os procedimentos necessários, observando os requisitos previstos nas portarias vigentes, para a habilitação destes serviços junto ao Ministério da Saúde como Unidades de Referência Especializadas em Hospitais Gerais, seguindo os fluxos preestabelecidos.